

RESENHA



Movimentar-se em tempos de desesperança

ZIBECHI, R. *Territórios em Resistência* – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Caroline Rodrigues da Silva*

Após treze anos do Partido dos Trabalhadores no governo brasileiro (2003-2015) o país vive um golpe democrático desde 31 de agosto de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi impedida de continuar o mandato para qual foi eleita. Durante todos esses anos, fez-se uma política de conciliação entre os interesses populares e os interesses das elites que causou um dano irreparável aos movimentos sociais: esses foram perdendo sua autonomia política e material, deixando suas referências ideológicas e desarticulando sua forma de ação. Diante do desastre político atual, a análise que apresentamos busca contribuir para reflexão crítica sobre os novos rumos dos movimentos sociais brasileiros daqui em diante.

Raúl Zibechi é um intelectual uruguaio, jornalista por formação e um profundo conhecedor das lutas dos países da América Latina. Parte dos movimentos sociais e dos grupos sociais em movimento para entender as transformações sociais, demonstra grande preocupação com a articulação

* Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Membro do *Programa Política, Trabalho e Território* da FSS/UERJ. Atualmente trabalha como assistente social e educadora popular na FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. *Correspondência*: Rua Enes de Souza, 45/ap. 401 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ. CEP 20521-210. *Email*: <cora_rs@hotmail.com>.

entre os processos de resistência, por isso, faz ao longo da sua trajetória uma leitura conjunta das resistências na América Latina.

O livro *Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina* foi escrito em 2007, quando o progressismo estava no topo, contudo só foi publicado no Brasil em 2015. Chama atenção por combinar a reflexão sobre a experiência dos governos autoproclamados progressistas e de esquerda na América Latina com a análise do processo de resistência das periferias urbanas durante esses governos. Parte do pressuposto que as cidades se tornaram funcionais ao processo de acumulação do capital e, no caso das periferias urbanas, aponta que são o novo cenário geopolítico decisivo, por serem potências emancipatórias e não problemas sociais (DAVIS, 2007). Logo, tanto a esquerda quanto a direita latino-americana buscam manter o controle sobre elas, seja por meio de planos militares (Rio de Janeiro e Porto Príncipe no Haiti, por exemplo) ou por meio de programas sociais (Brasil/ Fome Zero/ Bolsa Família).

De acordo com o autor, estes governos resultam dos processos de luta dos movimentos sociais da América Latina que tanto acumularam experiências institucionais – nos casos do Brasil com Lula e Dilma; Argentina com Néstor e Cristina Kirchner; do Uruguai com Tabaré Vasques; do Chile com Michele Bachelet – quanto enfrentaram irrupções de crises políticas profundas, como é o caso do Equador com Rafael Córrea, da Bolívia com Evo Morales e do Paraguai com Fernando Lugo. Independente do processo de cada país, em todos se estabeleceram pontos de intersecção entre Estados e movimentos sociais que criaram novas governabilidades. Denominada pelo autor como “*a arte de governar os movimentos*”, essa nova governabilidade se apoiou num conjunto de medidas que vão desde modos disciplinares tradicionais até a adoção de políticas focadas na pobreza, estimuladas por organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento. A grande dificuldade encontrada pela “*arte de governar*” foi escolher as ferramentas para enfrentar os movimentos sociais que estão em constante movimento, se levantando regularmente de diferentes lugares, se manifestando a partir de diferentes territórios. A tática utilizada pelos governos não foi, portanto, apenas impedir as ações diretamente, mas domesticá-los, colocando em jogo outros elementos que fizeram com que os próprios movimentos se anulassem.

No caso brasileiro, o progressismo se desenvolveu sem tocar na desigualdade social e sem romper com o modelo neoliberal. Em entrevista concedida à Revista Poli, em janeiro de 2016, Raúl Zibechi analisa a experiência:

Eu concordo que uma parte da atitude dos governos progressistas de melhorar a vida dos mais pobres é importante. Eles puderam, pelos altos preços das commodities, melhorar a situação dos pobres sem tocar na desigualdade. Provavelmente agora, com a crise, a desigualdade no Brasil volte a crescer. A segunda questão é a forma como eles praticaram as

políticas sociais, sem mobilização. É o “lulismo” de que fala André Singer. A despolitização, a desmobilização do povo tem consequências. A forma como foram implementadas as políticas sociais, pela inclusão financeira, é a nova face do neoliberalismo. Vivemos um crescimento radical do consumismo, que despolitiza, desorganiza. Isso é resultado dos governos progressistas do PT. No caso do Brasil, Argentina e Uruguai, dá-se um crescimento do consumo e um aprofundamento do capitalismo. A novidade de Lula e do PT é mais capitalismo, não menos. Esse, para mim, é o problema de fundo dos governos progressistas. (ZIBECHI, 2016)

Diante deste quadro, Zibechi aponta cinco desafios para autonomia política dos movimentos que nos parecem importantes destacar: 1) *Compreender que “as novas governabilidades” são tanto resultado das nossas lutas, como também uma intenção de nos destruir.* Prova disso é que houve um ataque profundo aos espaços de autonomia conquistados, a priori, pelos movimentos e uma expropriação feita pelo Estado das capacidades que os movimentos haviam recuperado com muito sacrifício: capacidade de nos rebelarmos, mobilizar, organizar e propor; 2) *Garantir a proteção dos espaços e territórios* que são invadidos pelo Estado não por forças militares, mas por técnicos apoiadores e instituições financeiras que miram no potencial de consumo que nos territórios possuem. Aqui destaca o fortalecimento de “organizações populares” pelo Estado como forma de domínio da população. 3) *Não ratificar a agenda do poder, criando ou mantendo a nossa própria agenda.* Aqui Zibechi chama a atenção para que os movimentos sociais reconheçam a diferença entre uma mobilização dos de cima, no âmbito da política da elite e do Estado, mesmo que aparentemente esses incluam as demandas dos de baixo e uma mobilização dos de baixo de fato, que são fruto de insurgências populares. 4) *É imprescindível delimitar os campos.* Ou seja, construir ações e pautas de luta independente da agenda da esquerda institucional, da agenda do próprio capital. Zibechi parece ser crítico ao fato de que grandes encontros internacionais, fóruns, cúpulas pautem os movimentos para que eles se organizem em encontros paralelos, contraencontros, pois a autonomia política dos de baixo não se constrói a partir dos de cima. 5) *Potencializar a política plebeia* que não é centralizadora e unitária, mas que promove transformação social a partir de feitos insurrecionais, de formas de se rebelar, de ações que põe em comum as horizontalidades e que não costumam ter visibilidade. Defende que hoje, uma das tarefas mais importantes é seguir fortalecendo as diversas formas de fazer política dos de baixo, seus espaços, seus tempos, seus modos de fazer que lhes garantem não serem cooptados pelos de cima.

Importante destacar que o conceito de movimento social utilizado pelo autor é central para compreender a realidade das periferias urbanas. Enfrenta o debate sobre as teorias sobre os movimentos sociais como parte da árdua tarefa de descolonização do pensamento crítico e vê as periferias como lócus de resistência e emancipação social onde se criam novas terri-

torialidade e formas de organização coletiva anticapitalistas. Logo, defende que movimento social é rigorosamente, mudança de lugar social. (PORTO-GONÇALVES, 2001). Não são lugares de chegada, mas fluxos e movimento.

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social e procuram ampliar os espaços de expressão que, como já alertou Michael Foucault, tem fortes implicações na ordem política. (PORTO-GONÇALVES, 2001)

Acredita que os movimentos sociais tradicionais, com seus sistemas estruturados de tomada de decisão, suas formas de mobilização preestabelecidas e sua identidade cultural definida possuem grandes dificuldades para dialogar com os territórios periféricos onde se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, onde se pratica modos de vida diferenciados. O território para Zibechi é, portanto, não apenas um modo de produção, mas uma criação político-cultural onde relações sociais contra-hegemônicas se reproduzem.

Henri Lefebvre denomina essa forma de produção do espaço de “espaço diferencial” (LEFEBVRE, 2006). Francisco de Oliveira, ao estudar as particularidades da sociedade brasileira no que se refere a sua formação sócio-histórica no capitalismo, aponta que esta é uma sociedade em que o “velho” nem sempre é eliminado, mas tende a produzir uma síntese contraditória com a adição do “novo”, combinando os conteúdos pré-existentes aos implantados recentemente. (OLIVEIRA, 2003)

Ao entender movimento social como mover-se, fluir, circular, deslocar em um território, Zibechi nos ajuda a enfrentar o momento atual onde há uma enorme descrença nos sujeitos tradicionais como partidos, sindicatos, movimentos sociais e organizações que, por possuírem uma estrutura hierarquizada, centralizadora e por vezes corrupta, não parecem ser mais capazes de produzir transformações ou uma narrativa que de conta da heterogeneidade das lutas sociais. Além disso, entendemos que essa forma de compreender os movimentos sociais fortalece a construção de ações conjuntas ou uma agenda com pontos comuns no campo democrático popular, pois não coloca em xeque a perda das identidades programáticas ou o abandono das causas mobilizadoras dos movimentos, mas evidencia a potência que cada uma das lutas possui: a construção de relações sociais contra-hegemônicas, que tem seu tempo e espaço de ação, que possuem certa autonomia em relação ao capital, que criam a relação entre as pessoas.

Em relação à tendência de fragmentação e dispersão dos movimentos sociais, defende a criação-reação do laço social como chave para a questão. Acredita que os movimentos sociais não necessitam nem de articulação-centralização, nem de unificação pois essa forma de ação é Estado-cêntrica, pressupõe a unidade homogênea da sociedade e impõe de

antemão o que os sujeitos devem fazer, como devem agir. Geralmente quem defende essa visão está de fora do movimento, geralmente de cima. Zibechi analisa duas formas principais de articulação dos movimentos: a articulação externa, aquela que nasce das necessidades externas ao movimento e está relacionada à forma centralizadora com que os partidos e academia veem os movimentos sociais, sempre no intento de rotular e categorizá-los; e a articulação interna, que são as formas de autoarticulação dos movimentos acionadas no cotidiano para cumprir determinados objetivos, quase sempre pontuais e não hierárquicos, e pouco estudados. A partir da análise dessas duas formas de articulação, Zibechi critica a tendência predominante entre partidos de esquerda e acadêmicos estudiosos dos movimentos sociais de continuar defendendo uma suporta centralidade política dos movimentos em detrimento da valorização dos “espaços-tempo interiores” e das “artes da fofoca” dos movimentos, que para ele são as potências para mudar o mundo.

Rumo à construção de uma sociedade mais humana e antipitalista o livro dá algumas pistas de como alcançarmos a mudança dos vínculos sociais e a tão sonhada emancipação do homem. Parte do pressuposto que essa construção não depende do lugar que se ocupa na sociedade, mas do tipo de prática e de laços sociais que se criam; mesmo que essas determinações não sejam exclusivas.

Pondera que é preciso fazer autocrítica, isto é, é preciso reconhecer que os movimentos sociais reproduzem em seu interior as relações capitalistas (organização, relação de poder, vida cotidiana). Por isso, a mudança social implica nos repensarmos como movimento que se move. Mas como fazer isso? Zibechi dá algumas pistas:

- i) O que mantém o território é a permanente atividade e reatividade das pessoas, são elas que criam as novas territorialidades, onde a organização é coletiva e a autonomia política é inquestionável.
- ii) Nas áreas urbanas, aponta que houve uma virada importante: as famílias já não sobrevivem apenas dos restos ou dos desperdícios da sociedade do consumo, mas começam a produzir seus alimentos ou produtos que vendem, trocam e criam formas não capitalistas de consumo. Zibechi considera uma das maiores conquistas os movimentos das últimas décadas terem se tornado produtores de suas demandas.
- iii) Os grupos sociais possuem formas organizacionais a partir da família, ou melhor, unidades familiares não nucleares, que são extensas, complexas e de novo tipo. Onde a mulher tem papel fundamental, aonde a dominação do patriarcado vai sendo desconstruída pela criação de um espaço doméstico que não é público nem privado, mas que engloba ambos, onde ocorre a produção e a reprodução da vida, onde a informalidade alimenta relações produtivas formais. Defende por fim, que houve uma feminização

dos movimentos da América Latina, e que esse processo vai criando novas formas de fazer política.

Conforme depoimento do próprio autor no debate *Territórios entre Dominação e Resistência*¹, quando veio ao Brasil lançar o livro, as periferias urbanas podem colaborar com o processo de emancipação, pois

elas são territórios onde se constroem iniciativas coletivas inspiradas em relações não hegemônicas, onde há solidariedade, complementaridade, relações de amizade que podem ser a base de construções mais sólidas dos movimentos. Nas favelas se criam coisas e se estabelecem relações completamente diferentes das hegemônicas e é essa criação diferenciada é que permite termos outras ressonâncias, que colocam em xeque o mundo do consumo. Não importa se o que fazemos é muito ou pouco, grande ou pequeno, importa se fazemos coisas diferentes, pois é a diferença que faz com que as pessoas se comovam e passem a participar da luta.

Assim, as periferias vêm construindo uma espécie de mundo próprio, a partir da expansão de uma lógica familiar-comunitária, centrada no papel da mulher-mãe, um mundo feminino, de valores de uso, comunitário, autogerido, inclusivo, cuja força motriz são os afetos, ou seja, um mundo de relações radicalmente distinta das hegemônicas, que são patriarcais, baseadas em valores de troca, hierárquicas, heterônomo, excludente e individualista. Reconhece que os dominados vão criando seu projeto histórico na medida em que o vão vivenciando, de tal modo que para compreender o projeto dos dominados nas cidades latino-americanas pressupõe reconstituir, antes de tudo, a sua experiência.

¹ O Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, por meio do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (NUREG/UFF) realizou no dia 18/12/2016 o debate *Territórios entre Dominação e Resistência*, do qual participaram Raúl Zibechi e grupos de resistência de favelas do Rio de Janeiro. Para mais informações consulte o blog: <https://territoriosresistencia.wordpress.com/>

Referências

DAVIS, M. *Planeta favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

LEFVBRE, H. *A produção do Espaço*. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Geo-grafias*. Movimentos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Mexico: Siglo XXI, 2001.

ZIBEACHI, R. Entrevista “O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança”. In *Revista Poli*, jan/fevereiro.2016, EPSJV/FioCruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-estado-e-uma-forca-que-atrapalha-sinergias-de-mudanca>>.

DOI 10.12957/rep.2017.30391



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.